



Prejudicados pelo Decreto 1.775, os índios sustentam o confronto com a cultura que ameaça devorá-los

Terras serão a marca das comemorações dos índios

SEMANA DEDICADA A ELES VAI MOSTRAR PROBLEMAS DA REGULARIZAÇÃO

Regularização e preservação das terras indígenas - duas das questões mais discutidas nos últimos meses, em função do decreto federal 1.775, que dá o direito a qualquer pessoa (física ou jurídica) de contestar a regularização de área habitada por índios - serão os temas dissecados durante as comemorações da Semana do Índio, que começam às 8 horas de amanhã, no hall do terceiro andar do Centur, com a abertura de uma detalhada exposição sobre a dramática situação vivida pelos índios - principalmente os que habitam o Pará - na luta pela preservação de suas terras e da própria vida.

A exposição, que vai até o dia 25 deste mês, é muito rica em detalhes e informações, segundo o seretanista Raimundo Gomes do Nascimento, que administra a unidade da Funai em Belém. "Acreditamos que será uma boa oportunidade para que diversos segmentos sociais conheçam o processo de regularização de uma terra indígena e principalmente constatem que há muita informação equivocada so-

bre os direitos das comunidades indígenas às suas terras", diz ele.

Nascimento acrescenta que, além do trabalho desenvolvido pela Funai na demarcação das terras indígenas, a participação de técnicos de outros órgãos, entre os quais a Sudam, Ibama e Polícia Federal, tem sido fundamental para a garantia, em parte, dos direitos dos índios às terras que habitam. "Sem a participação do Ibama e da Polícia Federal, a situação dos índios com certeza estaria mais crítica ainda", acredita o administrador da Funai.

Preconceito - Os indigenistas da Funai dizem não entender as constantes manifestações contra a regularização das terras indígenas, já que a Constituição Federal é muito clara no parágrafo primeiro do artigo 231: "... são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua repro-

dução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradição..."

"Não dá para entender o decreto 1.775, que permite a contestação de regularização de terras tradicionalmente habitadas por comunidades indígenas", ressalta a antropóloga Carmem Afonso, que já participou de vários processos de regularização de terra indígena. "É por isso que muitos juristas renomados asseguram que o decreto é inconstitucional".

Ela também diz não entender a facilidade encontrada para "emperar" a regularização das terras indígenas. "Para mexer na Previdência, é preciso mudar a Constituição, mas para atrapalhar a vida dos índios basta um decreto", critica a antropóloga. Carmem Afonso acrescenta que a demora na regularização das terras indígenas poderá apressar a derrocada de muitas tribos. "Se as áreas habitadas tradicionalmente por índios não forem imediatamente regularizadas e preservadas, eles estarão cada vez mais perto do fim", prevê Carmem.

CENÁRIO PARA BRANCO PERCORRER, NA EXPOSIÇÃO MONTADA PELA FUNAI

Montar um cenário que inclui todas as etapas e miniaturas dos equipamentos utilizados no processo de regularização das terras indígenas foi a saída encontrada pelos técnicos da Funai em Belém para facilitar o entendimento de quem visitar - principalmente estudantes - a partir de amanhã, a exposição da Semana do Índio. "Vai ser uma exposição basicamente visual, com todos os detalhes do trabalho", adianta a antropóloga Carmem Afonso.

Até o trabalho de preservação desenvolvido longe das reservas indígenas será visto pelo público. O computador utilizado pela Sudam para detectar invasões e devastações nas terras indígenas, através

de imagens de satélite, estará funcionando durante a exposição. "Acreditamos que, desta vez, muita gente vai compreender como é difícil trabalhar para regularizar e preservar as reservas indígenas, basicamente porque todos os meios utilizados para tal serão colocados visualmente num mesmo ambiente", aposta o administrador da Funai em Belém, Raimundo Gomes do Nascimento.

Além do cenário - que inclui miniaturas de carros, lanchas, helicópteros e aviões utilizados pela Polícia Federal, assim como motosserras, redes de pesca e peles de animais apreendidos pelo Ibama, entre outros - os técnicos da Funai vão dar plantão das 8 às 19 horas, para ex-

plicar os detalhes das cinco etapas que precisam ser cumpridas para a regularização de uma terra indígena: identificação/delimitação; reconhecimento da primeira etapa, através de portaria, pelo Ministério da Justiça; demarcação, feita pela Funai; homologação, pelo governo federal, e registro em cartório de imóveis do município ou no Serviço de Patrimônio da União.

Paralelamente à exposição, mas na sala de áudio-visual do segundo andar do Centur, serão exibidos vídeos sobre diversos temas que envolvem direta e indiretamente a questão, incluindo os ataques ao meio ambiente, também do dia 10 ao dia 25. Os vídeos serão exibido das 9 às 16 horas.